



AGENDA Eduardo Siqueira Campos diz que orientação de Sarney é ouvir lideranças

Comissão promove debate sobre a Lei de Falências

Primeira audiência pública para debater projeto será realizada amanhã pela CAE, anuncia Ramez Tebet. Área econômica do governo considera que nova lei é prioridade e facilitará a redução do custo do crédito bancário

Página 3

Convocação só terá pauta maior com consenso

O 2º vice-presidente do Senado anuncia que a inclusão de novos projetos na pauta depende do consenso. Efraim adverte que aprovação da PEC 77 é teste para o governo Lula.

Página 4

Senadores cobram a recriação da Sudene

Página 7



AVANÇO Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos decidem realizar audiências públicas e reuniões extraordinárias

REFORMA DO JUDICIÁRIO

Comissão de Constituição e Justiça se reúne hoje e deve examinar roteiro para análise da matéria

Capiberibe pede proteção urgente para a Amazônia

O senador pelo Amapá sugere a adoção de um programa sustentável nos moldes do que existe há oito anos em seu estado, utilizando recursos da biodiversidade.

Página 8



PROPOSTA Demostenes sugere controle da Justiça por conselho dominado pela sociedade

Demostenes quer controle externo. José Jorge espera sugestões

As atividades e os procedimentos éticos dos integrantes do Judiciário e do Ministério Público não podem continuar protegidos pela obscuridade, segundo Demostenes Torres. José Jorge, relator na CCJ, diz que roteiro de discussão da reforma será definido pela comissão.

Página 5



EMENDAS José Jorge ressalta que pretende acolher colaborações dos senadores



CULPA Ideli atribui atraso em obras a erros cometidos pela administração anterior

Ideli repele críticas ao governo Lula

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) culpou o governo Fernando Henrique Cardoso pelo atraso nos procedimentos para a recuperação da BR-101, uma das prioridades do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo afirmou, falhas na conclusão de algumas obras a cargo da administração anterior e providências burocráticas e financeiras incorretas obrigaram o governo atual a uma trabalhosa negociação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Ideli pronunciou-se em Plenário respondendo a críticas feitas ao governo por parlamentares, que reclamaram do atraso nas obras da BR-101 e da intenção do Executivo de levar adiante parcerias entre os setores público e privado com o objetivo de recuperar e administrar rodovias.

Ela também abordou denúncias de favorecimento a políticos na fila para transplantes de medula óssea. Conforme a senadora, a demissão de um diretor do Instituto Nacional do Câncer (Inca) deu-se em razão de denúncias da revista *Época* contra um deputado do PSDB.

Azeredo pede recursos da Cide para salvar rodovias

Parlamentar defende a imediata edição de MP destinando verba aos estados para fazer a recuperação

Como solução para o "estado calamitoso" das rodovias federais, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) defende a imediata edição de uma medida provisória (MP) que determine o repasse de 25% da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) aos estados, para que possam arcar com os custos de recuperação das estradas.

O parlamentar lembrou que



LIMINAR Azeredo lembra decisão judicial que impede o uso dos recursos no pagamento da dívida

existe uma decisão judicial impedindo que os recursos da Cide sejam usados no pagamen-

to do serviço da dívida ou na composição de superávit primário das contas públicas, como está ocorrendo no atual governo. Pela legislação vigente, esses recursos somente podem ser usados em projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo, conservação de estradas ou equalização dos preços de combustíveis, disse ele.

Azeredo afirmou que estimativas sobre recuperação de estradas mostram que, com um total anual aplicado de R\$ 3,2 bilhões, seriam gerados e mantidos meio milhão de empregos a cada ano, em atividades ligadas a projetos, construção e manutenção de rodovias.

Pavan elogia a atuação de Adatao

A disposição do ministro dos Transportes, Anderson Adatao, em resolver os problemas das rodovias do Sul do país foi reconhecida, em discurso no Plenário, pelo senador Leonel Pavan (PSDB-SC). O parlamentar informou que o ministro prometeu destinar R\$ 7 milhões para a construção de trecho de 12 quilômetros da BR-282.

A finalização do trecho, segundo disse, vai transformar aquela estrada na "rodovia do Mercosul", facilitando o acesso aos demais países do Cone Sul. Pavan afirmou que o ministro se comprometeu a concluir a obra até o fim do ano.

O senador, porém, manifestou-se contrário à privatização da BR-470, por meio de uma parceria público-privada, acrescentando que ficará atento às regras para a licitação da parceria.

Pavan destacou que Anderson Adatao comprometeu-se a abrir, em 30 dias, as cartas para a licitação da ampliação da BR-101. De acordo com o parlamentar, o governo argumenta que a demora para se iniciar a obra se deve a alterações no projeto, que resultaram na economia de mais de R\$ 100 milhões.

– O número de vidas que perdemos nos acidentes que ocorreram, os prejuízos físicos e materiais, nem o valor inteiro da obra pagaria, porque essas pessoas não voltam mais.

Avião presidencial

O parlamentar criticou a compra pelo governo federal, no exterior, de um avião para o transporte do presidente da República. Ele lembrou que a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) lançará no mês que vem um avião de médio porte pela metade do preço da aeronave estrangeira. Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) apoiou o pronunciamento.



ESFORÇO Leonel Pavan diz que ministro prometeu ampliar trecho da BR-101

Agenda

Sessão de hoje será de debates

A sessão de hoje, com início previsto para as 14h30, é não deliberativa, ou seja, não haverá votação de matérias. Ela é destinada aos pronunciamentos dos parlamentares. O trabalho dos senadores pode ser acompanhado pela Rádio e pela TV Senado, além da cobertura em tempo real no site www.senado.gov.br.



CCJ vota alteração no Código Civil

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) – foto – reúne-se, às 10h, para analisar projeto que altera o Código Civil, aumentando o prazo para que as associações se adaptem à nova legislação. A proposta obteve parecer favorável do senador Marcelo Crivella (PL-RJ), relator da matéria.

CAE discute Lei de Falências

Amanhã, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve realizar, às 10h, a primeira audiência pública para discutir a chamada Lei de Falências (PLC 71/03), uma das principais matérias em tramitação no órgão durante a convocação extraordinária.

Especial sobre segurança

A TV Senado exibe hoje, às 19h, um especial sobre segurança pública, parte de uma série de cinco programas jornalísticos sobre assuntos de importância nacional que foram amplamente discutidos pelos senadores no decorrer do ano passado.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF
CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sérgio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário da *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Roosevelt Pinheiro



DENÚNCIA Lúcia Vânia cobra explicações sobre ingerência política na fila de transplante

Lúcia Vânia quer ouvir o ministro Humberto Costa

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) pediu em Plenário a convocação do ministro da Saúde, Humberto Costa, para explicar à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) denúncias de ingerência política nas autorizações para transplante de medula óssea expedidas pelo Instituto Nacional do Câncer (Inca). Lúcia Vânia expressou apoio ao diretor demissionário do Centro de Transplante de Medula Óssea (Cemo), Daniel Tabak, que pediu afastamento do cargo em protesto contra as pressões políticas e o descaso do Ministério da Saúde em relação ao problema.

Após 16 anos à frente do Cemo, Tabak entregou junto com seu pedido de demissão extenso documento à direção geral do Inca. O centro controla o Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (Redome) e o Banco de Células de Cordão Umbilical, e centraliza as consultas aos bancos internacionais de doadores de medula óssea. Segundo Tabak, políticos vêm fazendo pressão para incluir doentes entre os que aguardam os testes para a busca de doadores não-aparentados.

A senadora leu declarações de Tabak publicadas na imprensa. "Ingerência política sempre existiu e sempre conseguimos contornar. Mas agora há uma pressão muito intensa, que não é mais possível suportar. Os pacientes ficam angustiados, e o que vou dizer? Que é preciso ter um parlamentar influente para ajudar?"

Embora Tabak não tenha dado nomes, diretores do Inca afirmam que um dos pedidos para que a fila fosse furada partiu da Vice-Presidência da República.

CAE promove amanhã o primeiro debate sobre a Lei de Falências

Senadores pretendem convidar, para futuras audiências, empresários e trabalhadores

Os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) decidiram ontem realizar audiências públicas e reuniões extraordinárias para debater a Lei de Falências (PLC 71/03), um dos principais itens da convocação extraordinária e o principal projeto da pauta da comissão nesse período. O presidente do colegiado, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), informou que a primeira audiência será promovida amanhã, às 10h. Um representante do Banco Central já confirmou a presença.

De acordo com Tebet, participarão no máximo dois convidados em cada audiência. O senador César Borges (PFL-BA) pretende que sejam ouvidos representantes da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), do setor de fiscalização do Banco Central e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Já o senador Ney Suassuna



DECISÃO Comissão de Assuntos Econômicos decidiu ontem realizar várias audiências sobre o projeto

(PMDB-PB) quer a presença de representantes das federações do comércio, da indústria e da agricultura, além de "alguém experiente na área jurídica".

Trabalhadores

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) pretende que sejam convidados membros da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil. O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), por sua vez, sugeriu a presença

de membros da Ação Empresarial, e o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu o comparecimento dos presidentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Força Sindical. Deverá ser ouvido ainda, por sugestão do senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), o jurista Fábio Ulhoa Coelho, estudioso da Lei de Falências.

Também ficou definida, de acordo com o senador Ramez

Tebet, a realização de reuniões extraordinárias da CAE a fim de debater o projeto. O presidente da comissão acredita que não será possível votar a Lei de Falências até o fim da convocação extraordinária, em 13 de fevereiro. O período, no entanto, disse, está sendo bem utilizado para discutir e debater o assunto. "Estamos andando com a lei o mais rápido possível", destacou Tebet.

Ramez Tebet defende legislação mais moderna

Na reunião de ontem da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), durante debate sobre o projeto (PLC 71/03) que trata da Lei de Falências, o presidente do colegiado, senador Ramez Tebet, defendeu o aperfeiçoamento da legislação sobre o tema.

Ele lembrou que, apesar de a proposta estar em tramitação no Congresso desde 1993, apenas em novembro do ano passado chegou ao Senado, não tendo havido tempo hábil para que a matéria fosse examinada no período ordinário de trabalho legislativo.

— A lei atualmente em vigor que rege as falências é de 1945 e não atende às exigências do mercado — afirmou Ramez Tebet. O senador espera que a nova legislação seja bastante modificada para atender às novas necessidades da sociedade. O presidente da CAE disse ainda acreditar que o texto receberá modificações no Senado, devido à sua importância, e terá de voltar ao exame da Câmara dos Deputados.

O senador César Borges destacou que os altíssimos juros cobrados pelas entidades de crédito no Brasil são reflexo da

dificuldade que essas empresas têm para conseguir o retorno dos recursos. A dificuldade, acredita o senador, é derivada também da atual Lei de Falências. A modernização da lei será fundamental para a atividade produtiva, disse Borges.

Desenvolvimento

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou que uma legislação mais atual sobre o assunto ajudará a desenvolver a economia do país. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) falaram sobre a importância de serem ouvidos na audi-

ência pública representantes dos trabalhadores. Ana Júlia destacou a importância de uma nova lei não trazer riscos para os empregados, que são protegidos pela atual legislação, e garantir a eles prioridade no recebimento de seus direitos quando houver falência da empresa.

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ressaltou a importância da Lei de Falências e de garantir melhoras na legislação. O parlamentar disse ser imprescindível valorizar o trabalho já feito pela Câmara ao longo dos anos.

▼ Projeto é prioridade do governo Lula

A aprovação da nova Lei de Falências é uma das prioridades da área econômica do Executivo e constou da primeira carta de intenção assinada entre Brasil e Fundo Monetário Internacional (FMI) no atual governo, em fevereiro do ano passado.

O governo alega que a nova lei reduzirá o custo do crédito bancário, uma vez que, conforme o projeto, em caso de falência empresarial os credores bancários terão prioridade no recebimento, assim como já ocorre com os créditos trabalhistas. Desse modo, espera o

governo, o risco dos bancos ao emprestar dinheiro será menor e poderá haver redução dos juros.

Outra mudança proposta é o fim da concordata, que permite a uma empresa em crise obter na Justiça o adiamento do pagamento de dívidas. Em seu lugar, o pro-

jeito cria a figura da recuperação judicial. O mecanismo garante às empresas em dificuldade a renegociação de seus débitos por meio de um plano de recuperação, que deve ser obrigatoriamente aprovado em assembleia de credores e confirmado pela Justiça.



CONVICÇÃO Jefferson Péres ressaltou convite feito a Rui Barbosa para ocupar ministério

Jefferson Péres cita exemplo de Rui Barbosa

Em crítica à falta de sessões deliberativas no Senado por uma semana, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) relatou diálogo entre o jovem advogado Rui Barbosa, o conselheiro Dantas e o visconde de Ouro Preto, que organizava novo ministério após a ascensão do Partido Liberal, no Segundo Império. Convidado para ministro do gabinete Afonso Celso, pouco antes da Proclamação da República, Rui Barbosa recusou porque o cargo era incompatível com suas idéias federativas.

De acordo com o senador Jefferson, Rui Barbosa foi indicado para ocupar o cargo de ministro pelo conselheiro Dantas, que lhe comunicou que seu nome fora aceito pelo imperador. E Rui prontamente retrucou:

– Mas, conselheiro, o Afonso Celso já admite, no seu programa, a Federação?

– Não, não admite.

E Rui, firmando-se na recusa:

– Então, como posso ser ministro em seu governo?

Dias depois, frente a frente com Ouro Preto, ponderou-lhe o visconde:

– Não é razão. No meu programa está a descentralização e ficará para realizar depois a Federação.

E Rui, com igual firmeza:

– Não tenho tal certeza.

E numa declaração objetiva de que, acima de suas conveniências transitórias, colocava a coerência de suas idéias:

– Não amarro a trouxa de minhas convicções por amor de um ministério.

O senador Jefferson Péres lamentou que, no momento em que tantos se engalfinham para conseguir um ministério no governo Lula, não se façam mais homens públicos como Rui Barbosa.

Convocação resultou de um acordo, lembra Paim

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva das críticas que ele vem sofrendo por ter convocado extraordinariamente o Congresso. Ele lembrou que a convocação resultou de acordo das lideranças partidárias para que o Senado pudesse aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 67, a da reforma da Previdência.

Segundo Paim, os senadores aprovaram a proposta com o compromisso de que a PEC 77 (a chamada PEC paralela), que ameniza os efeitos da reforma

da Previdência para os servidores, começaria a ser apreciada pela Câmara ainda em janeiro.

– Se o presidente não tivesse convocado o Congresso, eu seria o primeiro a criticá-lo. Ele determinou a convocação para mostrar que a PEC paralela é para valer, veio para ficar e terá que ser aprovada pela Câmara dos Deputados. Não entendo as críticas, pois há mais de 20 anos o Congresso é convocado praticamente duas vezes por ano. E pela primeira vez a convocação tem o objetivo de beneficiar os trabalhadores – afir-

mou Paulo Paim.

O senador também homenageou o líder negro americano Martin Luther King. Em abril de 1968, Luther King foi assassinado por um branco, que foi preso e condenado a 99 anos de prisão. Em 1983, o Congresso americano decretou a terceira segunda-feira de janeiro de cada ano como feriado nacional. Ao homenagear Luther King, Paim defendeu a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, que está pronto para ser votado pela Câmara dos Deputados.



COMPROMISSO Paim afirma que PEC paralela é para valer e veio para ficar

Novas matérias na pauta só com acerto de lideranças, diz Eduardo

■ Ao repelir críticas da imprensa, senador observa que CAE e CCJ estão analisando projetos importantes

Em entrevista coletiva, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), 2º vice-presidente do Senado, informou ontem que, se há interesse em acrescentar projetos à pauta da convocação extraordinária do Congresso, os presidentes do Senado e da Câmara ouvirão as lideranças partidárias para que isso seja decidido em consenso. Ele já está conversando com lideranças no Senado e ouvirá, hoje, o presidente da Câmara, João Paulo Cunha.

– O que tenho a dizer é que conversei com o presidente do



ORIENTAÇÃO Eduardo elogia a decisão de Lula de convocar o Congresso em janeiro

Senado, José Sarney, e sua orientação é de que devemos ouvir as lideranças partidárias, procurar o presidente da Câmara e aí, tendo ele também ouvido as lideranças naquela Casa, decidirmos em consenso.

Eduardo reportou ainda o entendimento do presidente Sarney de que “faz parte da democracia todo o questionamento da imprensa com relação à convocação extraordinária e sua remuneração”.

Em resposta à crítica de que não há muitas matérias para serem votadas em Plenário, Eduardo enfatizou que as Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) estão realizando sessões deliberativas, o que significa que o Senado está votando. Ele ressaltou que, no momento, apenas não existe nenhuma matéria pronta para ser votada em Plenário, à exceção do projeto que autoriza o acompanhamento da parturiente na rede pública de saúde.

Na mesma entrevista, o 2º vice-presidente do Senado elo-

giou a iniciativa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de convocar o Congresso para trabalhar em janeiro, sublinhando os benefícios contidos na proposta paralela de reforma da Previdência.

Indagado pela imprensa se é possível incluir na pauta de votações projetos que propõem o fim do recesso parlamentar e a extinção da remuneração prevista nas convocações extraordinárias, Eduardo questionou se esse é o momento adequado para tomar essas decisões.

– Não vamos tomar medida unilateral em nenhuma das Casas. Também não vamos criar constrangimento ou censurar nenhum parlamentar que deseje devolver ou não a remuneração da convocação extraordinária, o que está previsto na Constituição.

PEC paralela é teste para o governo, adverte Efraim



REGIMENTO Efraim lembrou que a Câmara pode realizar até 40 sessões da comissão especial

O senador Efraim Morais (PFL-PB) disse ontem que, se a Câmara dos Deputados não concluir na convocação extraordinária a votação da PEC paralela da Previdência, ficará patente que o governo federal não tem interesse na aprovação da matéria. Não aprovar a PEC, na avaliação do senador, é enganar os servidores públicos, os trabalhadores brasileiros e os senadores, que participaram do acordo para aprovar a reforma da Previdência sob a condição de que a PEC paralela

também seria aprovada.

A justificativa dada por alguns deputados – de que não há tempo útil para a aprovação da PEC durante a convocação extraordinária – foi rechaçada pelo senador paraibano. Ele lembrou que o regimento da Câmara prevê a realização de até 40 sessões da comissão especial constituída para apreciar a matéria.

– A PEC paralela foi amplamente discutida e aprovada por unanimidade pelos senadores. Não tem mais sentido que ela

receba emendas. Houve um acordo no Senado. Não aceito o argumento de que a matéria terá que seguir o ritmo de uma PEC qualquer, até porque ela foi aprovada nesta Casa em tempo recorde – afirmou Efraim Morais.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) ratificou as posições defendidas por Efraim e lembrou que o objetivo principal da convocação extraordinária do Congresso feita pelo governo foi apreciar a PEC paralela.



INSATISFAÇÃO Mozarildo rejeita demarcação contínua da área Raposa/Serra do Sol

Reserva pode levar Mozarildo para a oposição

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) anunciou ontem que passará a fazer oposição ao governo federal se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva atender orientação do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, de demarcar a reserva indígena Raposa/Serra do Sol em terras contínuas. Ele informou que os próprios índios são contrários à demarcação nos moldes propostos pelo ministro da Justiça.

– Quando essa demarcação começou a ser discutida existiam duas áreas: a Raposa e a Serra do Sol, distantes 150 quilômetros uma da outra. A decisão de Lula de criar um grupo de trabalho interministerial para definir a questão da demarcação dessas terras foi elogiável. Mas, infelizmente, o ministro da Justiça, que esteve na área, anunciou a demarcação da reserva em terras contínuas, mesmo após ter constatado que a maioria dos índios não prefere esta opção – afirmou Mozarildo.

Segundo o senador, o anúncio feito pelo ministro Márcio Thomaz Bastos, no final do ano passado, provocou uma revolta geral entre índios e produtores rurais, que chegaram a ocupar a sede da Fundação Nacional do Índio (Funai) no estado. Ele classificou a atitude do ministro de “irresponsável” e acrescentou que o anúncio provocou o acirramento do conflito que já existia.

Mozarildo pediu a transcrição nos Anais do Senado de matéria publicada no *O Estado de S. Paulo* de ontem, intitulada “Reserva aumenta risco na fronteira, alerta Inteligência”. O jornal noticia que os órgãos de inteligência do governo, inclusive as Forças Armadas, alertaram o governo para o risco que a demarcação da reserva em terras contínuas poderá trazer para a segurança nacional.

Demostenes defende controle externo do Poder Judiciário

■ Para senador, procedimentos éticos não podem continuar protegidos pela obscuridade

O tema central da reforma do Judiciário deve ser, na avaliação do senador Demostenes Torres (PFL-GO), o controle externo do Poder Judiciário e do Ministério Público. O senador disse ontem que as atividades e os procedimentos éticos dos integrantes dessas instituições não podem continuar a ser protegidos pela obscuridade.

Demostenes condenou declarações do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, sobre o Ministério Público e afirmou que a finalidade do controle externo



CRÍTICA Demostenes Torres diz que o governo não elaborou nenhuma proposta de reforma

não representará interferência do Executivo em outro Poder. Ele defendeu um sistema de controle a ser operado pelos conselhos

comportamento do governo diante da reforma do Judiciário. Ele disse que o secretário de Reforma do Judiciário do Ministé-

riais de Justiça e do Ministério Público, cujas atribuições estão desenhadas na proposta de emenda constitucional (PEC 29/00) da reforma, incluída na convocação extraordinária. O senador defendeu uma composição com supremacia numérica de membros da sociedade, com mandato de dois anos.

O senador também fez críticas ao comportamento do governo diante da reforma do Judiciário. Ele disse que o secretário de Reforma do Judiciário do Ministé-

rio da Justiça, Sérgio Renaut, espera do Senado uma atitude contemplativa diante da matéria, que tramita há 12 anos no Congresso. Demostenes garantiu que isso não ocorrerá.

– A secretaria e o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, até agora não elaboraram nenhuma proposta de reforma.

O parlamentar, que é procurador público, disse que as mudanças no Judiciário atendem aos anseios de 70% da população, de acordo com pesquisa do Instituto Sensus. Os magistrados, segundo o senador, também são amplamente favoráveis à reforma, conforme pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (Idesp) entre 741 magistrados de 12 estados.

CCJ deve definir roteiro para examinar a proposta

Embora não esteja oficialmente em pauta na reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) de hoje, marcada para as 10h, a Proposta de Emenda à Constituição 29/00, que trata da Reforma do Judiciário, deverá ter um roteiro de discussão e votação examinado pelo colegiado. A informação foi dada pelo senador José Jorge (PFL-PE), relator da proposição, que admite manter pontos consensuais do texto aprovado pela Câmara dos Deputados em seu relatório, mas também diz que não irá se furtar a introduzir as mudanças que considerar necessárias.

José Jorge comentou ainda ter conversado sobre o assun-

to, na tarde de ontem, com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. No encontro, o ministro teria reiterado o interesse do Poder Executivo em aprovar, de imediato, cinco pontos da PEC 29/00: o controle externo do Poder Judiciário, a autonomia das defensorias públicas, a federalização dos crimes contra os direitos humanos, a unificação dos critérios para concursos públicos e a quarentena de três anos para os juízes aposentados.

De acordo com o senador, o prazo para apresentação de emendas à proposição já se esgotou, mas ele está disposto a analisar e, se for o caso, acolher sugestões oferecidas pelos inte-



COLABORAÇÃO José Jorge mostra-se disposto a acolher sugestões de senadores

grantes da CCJ. Essas propostas parlamentares seriam, então, aproveitadas como emenda do relator. José Jorge resiste à hipó-

tese de fatiamento da matéria, mas concorda que uma parte da proposição, objeto de consenso, possa ser aprovada da forma como veio da Câmara, sendo logo promulgada.

Antes da votação da matéria na CCJ e no Plenário do Senado, devem ser promovidas audiências públicas para instruir o processo de reexame no colegiado. Já estão previstos debates com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa, e com o representante dos tribunais de Justiça. Na reunião de hoje, a CCJ examina o Projeto de Lei da Câmara 113/03, que institui regime especial para alteração estatutária das associações.

Agripino cobra mudança na alíquota da Cofins

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), disse que vai cobrar do governo o compromisso de reabrir, durante este período de convocação extraordinária do Legislativo – que vai até o dia 13 de fevereiro – a discussão sobre a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Uma medida provisória, aprovada no final do ano passado, elevou de 3% para 7,6% a alíquota da Cofins, que é paga pelas empresas e incide sobre sua receita ou faturamento.

Para Agripino, essa medida aumenta ainda mais a carga



CARGA PESADA José Agripino afirma que tributos impedem o crescimento econômico

tributária do país e dificulta a geração de empregos e a retomada do crescimento econômi-

co. A MP aprovada pelo Senado manteve a alíquota de 3% da Cofins apenas para alguns setores da economia, como a saúde, a educação e o transporte coletivo.

Agripino defende a edição de uma nova MP isentando outros setores da economia do pagamento de 7,6%. Ele observou que as mudanças na legislação do Programa de Integração Social (PIS), da Cofins e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) proporcionaram um aumento na arrecadação desses tributos de cerca de R\$ 2 bilhões no ano passado.

– Basta conversar com os agentes produtivos e econômicos do país. Todos estão inibidos no crescimento dos seus negócios por conta da carga tributária. Um país que tem carga tributária na ordem de 40 por cento não vai crescer nunca e o esforço que o governo fizer nesse sentido será inútil – disse o senador em entrevista à repórter Patrícia Novaes, da Rádio Senado.

Segundo Agripino, com a atual carga tributária, as empresas são obrigadas a retirar, mensalmente, de seus ativos, 40% para dar ao governo.

Maguito pede ajuda para os produtores de leite

Concordata da Parmalat pode ter impacto negativo em vários estados, adverte senador



ATRASO Segundo Maguito, em alguns estados os produtores não recebem desde novembro

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) pediu ontem medidas corajosas do governo para resolver o problema dos produtores de leite diante da crise da Parmalat, segunda maior compradora do produto no país. O senador reconheceu que o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, tem se empenhado em diminuir o prejuízo dos produtores, mas é preciso mais.

Maguito explicou que como grande parte do leite *in natura*

produzido no país é adquirida por poucas empresas, a concordata anunciada pela Parmalat pode ter forte impacto junto aos produtores. De acordo com Maguito, em estados como Goiás, o pagamento aos

produtores está atrasado desde novembro. Além disso, na semana passada foi registrada uma queda superior a 13% em média no preço pago ao produtor pelo litro do leite, "o que representa praticamente toda a sua margem de lucro e deverá provocar demissões", afirmou.

Para o senador, a crise da Parmalat expõe o equívoco do atual sistema, que é centralizador, sujeitando os produtores aos *lobbies* multinacionais, diminuindo a renda no campo e inibindo a geração de mais empregos. Na opinião de Maguito, é preciso aproveitar esse momento para rever o sistema e fortalecer as cooperativas. Os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS) e Romeu Tuma (PFL-SP) se associaram às preocupações do parlamentar.

Zambiasi: "Silêncio da empresa é perturbador"

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) pediu a realização, no Senado, de uma audiência pública com a direção brasileira da Parmalat, para esclarecer a situação da empresa no país. A matriz da Parmalat sofreu intervenção do governo italiano e vários de seus dirigentes foram presos sob acusação de fraudes administrativas e financeiras.

Zambiasi informou que a maior fábrica da Parmalat fora da Itália está em Carazinho (RS), na qual são industrializados anualmente mais de 400 milhões de litros de leite – quase a metade da produção naci-

onal da companhia, de 1 bilhão de litros. A fábrica gera 480 empregos diretos e é responsável por 35% dos impostos arrecadados em Carazinho.

O representante gaúcho lamentou o "silêncio perturbador" por parte da administração da empresa, que não responde a questões encaminhadas pelo vereador Ronaldo Nogueira de Oliveira. O parlamentar lembrou que centenas de famílias em todo o oeste do Rio Grande do Sul dependem da Parmalat.

– O setor de transportes está com seus pagamentos atrasados. Diariamente 50 carretas de



AUDIÊNCIA Direção da Parmalat deve ser ouvida pelo Senado, defende Zambiasi

35 toneladas carregam a produção da Parmalat em Carazinho – afirmou o senador.

Osmar protesta contra punição a agricultor

A punição aplicada a um pequeno produtor de soja transgênica do Paraná, cujo governo pretende declarar seu território livre de sementes geneticamente modificadas, levou o senador Osmar Dias (PDT-PR) a questionar a vigência da Medida Provisória (MP) 131/03, que autorizou o plantio e a comercialização da safra de 2004 no país. Embora o governo do Paraná tenha editado a Lei 14.162/03, proibindo o plantio, a comercialização e a exportação de transgênicos em seu território, o parlamentar argumentou que sua eficácia seria prejudicada pela vigência da MP.

A preocupação de Osmar Dias foi reforçada por recentes declarações do governador paranaense, Roberto Requião, que teria confirmado compromisso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ministro chefe da Casa Civil, José Dirceu, em livrar o Paraná dos transgênicos.

– Uma medida provisória tem que ter abrangência nacional. Se é dirigida a apenas alguns estados da Federação, perde esse caráter e a legalidade – ressaltou, advertindo que, enquanto o Congresso Nacional não regulamentar o assunto, a comercialização da safra de soja transgênica 2003/2004 será um "caos".

Prisão

Osmar Dias protestou contra a punição aplicada ao pequeno produtor de soja transgênica de Pato Branco, que teve sua propriedade, onde plantava um alqueire paulista (correspondente a 24.200 metros quadrados) da cultura,



ALERTA Para Osmar Dias, sem a regulamentação da lei, a comercialização será um caos

interditada pelo governo estadual. Ele terá de pagar multa de R\$ 19 mil e pode pegar até quatro anos de prisão. O senador admitiu que o agricultor errou por não haver se cadastrado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, como exige a MP, e disse que a pena aplicada, motivada pelo uso de herbicida acima dos limites legais, foi decorrente do desconhecimento da legislação.

– Não vamos aceitar que os produtores do Paraná sejam tratados como criminosos – afirmou, sustentando que a penalidade por descumprimento técnico ou legal deve ser aplicada de forma uniforme no país. A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) considerou absurda a multa, mas disse que o país não pode continuar legislando, nessa questão, em cima de fatos consumados de desrespeito à lei. Os senadores pefelistas Romeu Tuma (SP) e Jonas Pinheiro (MT) pediram pressa na regulamentação da matéria para evitar prejuízos futuros à economia do país.

Suassuna quer eliminar excesso de burocracia

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) voltou a manifestar ontem sua confiança no futuro do Brasil, mas alertou para a necessidade de eliminar os excessos de burocracia e de regulamentação que, na sua opinião, travam o desenvolvimento econômico e a criação de empregos.

Esses excessos, de acordo com o senador, abortam a criação de empresas, ou as empurram para a informalidade, o que diminui a base tributável, gera corrupção e sabotagem a produtividade.

– Parece ser de origem cul-

tural esse pendur para criar montanhas de normas, labirintos que cansam e sugam as energias do país – comentou.

Suassuna citou estudo elaborado pelo Banco Mundial em que seus pesquisadores analisaram a legislação de 133 países e mostraram que o Brasil está entre os piores exemplos no que diz respeito a fatos econômicos fundamentais para o progresso, tais como tempo e custo para se abrir uma empresa, demora para a cobrança de dívida de mau pagador, flexibilidade para as empresas estabelecerem contratos de traba-

lho com seus empregados e facilidade para a obtenção de crédito.

Para Suassuna, os governos devem proteger a validade dos contratos e gerar confiança entre os agentes econômicos, uns em relação aos outros e todos em relação ao poder público. Mas também é indispensável, continuou, limitar a burocracia e a regulamentação ao essencial e ao razoável.

De acordo com o senador, o país atravessa um momento político cujo desafio é o de completar reformas estruturais, como as reformas tributá-

ria, política, trabalhista, do Judiciário e da Previdência. Nesse rol, conforme Suassuna, também deve ser incluída a reforma da cultura brasileira de tudo burocratizar e de regulamentar em excesso.

Suassuna destacou a necessidade de liberar as energias e o dinamismo que caracterizam a sociedade brasileira, para que se realize seu potencial de crescimento econômico e de aperfeiçoamento social.

– A hora é esta, não podemos protelar mais, sob pena de nos apegarmos diante da história – observou.



LIMITES Para Ney Suassuna, montanhas de normas sugam as energias do país



PERDAS Magno Malta informa que prejuízo com as chuvas no estado chega a R\$ 137 milhões

Malta pede socorro para Espírito Santo

Em discurso no Plenário, o senador Magno Malta (PL-ES) afirmou que a bancada federal de seu estado vem tentando junto à Casa Civil da Presidência da República a liberação imediata de recursos visando minimizar o sofrimento imposto ao povo do Espírito Santo pelas chuvas. Os prejuízos acumulados até o momento, segundo o parlamentar, chegam a R\$ 137 milhões.

O representante capixaba citou os esforços envidados pelo diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura Terrestre (Dnit), Hélio Bahia, e pelo secretário de Transportes do governo do Espírito Santo, Sílvio Ramos, para liberar as verbas. De acordo com o senador, a situação no estado é de calamidade pública.

Na comunicação de liderança feita ontem, Magno Malta também pediu que toda a população do estado trabalhe para acabar com a violência contra a mulher. Segundo ele, a revista *Época* coloca o Espírito Santo como o estado onde mais se comete violência contra a mulher. Para o parlamentar, isso é "calamitoso e deprimente".

Por fim, Malta pediu a aprovação de projeto de lei de sua autoria que obriga os advogados de narcotraficantes a fazerem constar, nos autos dos processos, o recibo dos honorários recebidos de seus clientes. Ele disse ter ficado indignado com a prisão de Paulo Roberto Pedrini Cuzuol, advogado de Luiz Fernando da Costa (o Fernandinho Beira-Mar), quando se dirigia ao Paraguai com US\$ 320 mil para pagamento de drogas e armas.

Senadores reivindicam a volta imediata da Sudene

■ Debate na CAE enfatiza importância da autarquia para o desenvolvimento nordestino

O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) denunciou, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que o processo de recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), extinta no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, se encontra praticamente parado, o que considera grave.

– O renascimento da Sudene é de vital importância para o Nordeste – disse ele, ao estranhar "a falta de sensibilidade" do governo federal por não tomar as providências necessárias à criação de uma instituição forte destinada a dar encaminhamento legal para promover o pleno desenvolvimento econômico e social do Nordeste brasileiro.

Sérgio Guerra informou que



DENÚNCIA Segundo Sérgio Guerra, o projeto de recriação do órgão está parado

a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), criada pelo governo anterior em substituição à Sudene, "não passa de uma brincadeira". Segundo o senador, a agência não tem dinheiro sequer para pagar passagens aéreas de seus técnicos que desejam vir a Brasília a trabalho.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) concordou com

Sérgio Guerra e observou que a Adene não tem recursos "nem para pagar as despesas de telefone".

Desenvolvimento regional

Já o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) reconheceu que a recriação da Sudene é necessária, observando que a antiga instituição "não funcionava" há anos e, portanto, tinha que ser reestruturada. Antonio Carlos defendeu a criação, no Senado, da Comissão de Desenvolvimento Regional, destinada a estudar, em profundidade, propostas para o crescimento do Nordeste.

Participando dos debates, o senador César Borges (PFL-BA) apoiou a sugestão de Antonio Carlos e, com relação à Sudene, lembrou que se trata de um compromisso de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) também cobrou a recriação das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia e do Centro-Oeste (Sudam e Sudeco).



COMPROMISSO Ana Júlia pede contrapartida do governo do estado a convênio com o BNDES

Ana Júlia apóia a agricultura familiar no Pará

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) fez, em Plenário, apelo ao governador do Pará, Simão Jatene, para que forneça a contrapartida de R\$ 3,8 milhões ao convênio firmado entre a Fundação Viver, Produzir e Preservar e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O convênio objetiva o fortalecimento das Casas Familiares Rurais no estado. Segundo a senadora, o prazo de 90 dias estabelecido para que o governo estadual garanta a contrapartida termina no próximo dia 23. O convênio prevê o repasse, pelo banco, de R\$ 10,8 milhões.

Ana Júlia explicou que a contrapartida seria desembolsada ao longo de seis anos e que o convênio prevê a construção de 12 casas-escolas e a montagem de um sistema de assistência técnica para a realização de estudos sobre agroindústria e comercialização, reforçando a agricultura familiar da região oeste do Pará.

Ela acrescentou que as Casas Familiares Rurais são pequenos centros onde o trabalhador do campo, principalmente os jovens, passa por um período de residência e tem acesso a conhecimentos sobre o manejo do solo, combate a pragas e orientação sobre a escolha da melhor cultura.

– O Pará corre o risco de perder R\$ 10 milhões, destinados a 12 Casas Familiares Rurais, porque o governo do estado, há quase três meses, não decide se possui R\$ 4,4 mil por mês para cada uma dessas casas. Seria um erro brutal privar a agricultura familiar da Transamazônica deste impulso, por um valor tão irrisório.



ISENÇÃO Bezerra (D) rebate na CAE acusação de favorecimento a empresa de sua propriedade

Bezerra afirma ter "atestado de honestidade"

Na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador Fernando Bezerra (PTB-RN) comunicou que ocupará em breve a tribuna do Senado para analisar, em profundidade, sobre os resultados das investigações que pesaram contra ele na época em que era ministro da Integração Nacional do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. O

senador nega as acusações segundo as quais teria facilitado o acesso de uma de suas empresas a recursos federais.

Fernando Bezerra comunicou que já tem em mãos o que chamou de "atestado de honestidade", fornecido pela Procuradoria-Geral da República e pela Procuradoria do Estado do Rio Grande do Norte, isentando-o totalmente das acusações.

Na reunião da CAE, foi aprovado pedido do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) solicitando a inserção, nos Anais do Senado, dos pronunciamentos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do professor Felipe Van Parijs, da Bélgica, realizados durante a cerimônia da sanção do projeto de sua autoria que instituiu a Renda Básica de Cidadania.

Roosevelt Pinheiro



FUTURO Desenvolvimento no Tocantins será sustentável, afirma João Ribeiro

João Ribeiro prevê "surto de industrialização"

O senador João Ribeiro (PFL-TO) afirmou ontem que nos próximos anos o estado do Tocantins experimentará "saúdavel surto de industrialização e de desenvolvimento sustentado". O otimismo do senador foi baseado numa série de indícios econômicos, como a infra-estrutura instalada e a abundância de recursos naturais e matérias-primas para qualquer espécie de indústria.

Entre os benefícios que têm atraído investimentos para o estado, João Ribeiro apontou a filo-

sofia que orienta o governo estadual na promoção do desenvolvimento local.

– Aqui me refiro à tese do estado não operador, mas tão-somente indutor do crescimento econômico – assinalou, apontando que as pequenas e microempresas são prestigiadas, pois são o segmento que mais gera empregos no estado.

O senador pelo Tocantins explicou que foram implantados seis distritos industriais no estado, que contam com incentivos fis-

cais e linhas de financiamento, possibilitando a consolidação da agroindústria e de indústrias associadas ao abastecimento regional e de material de construção.

– Há também o programa Prosperar, que tem um perfil que abrange amplo leque de setores de atividades, direcionado à instalação de empresas e à expansão de plantas industriais, e afinado com os objetivos de gerar empregos e desencadear no estado a distribuição da prosperidade – concluiu o parlamentar.



Célio Azevedo

PROPOSTA Augusto Botelho quer a descentralização do apoio a iniciativas culturais

Augusto elogia mudanças no incentivo cultural

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) parabenizou o Ministério da Cultura por descentralizar a aplicação de leis de incentivo cultural. Embora reconheça a importância cultural do Rio de Janeiro e de São Paulo, o senador disse não concordar com a concentração dos incentivos nesses dois estados. A medida, afirmou, atende a reivindicações da sociedade feitas nos seminários "Cultura para Todos", realizados a partir de junho em várias cidades brasileiras.

Augusto também destacou o apoio à Orquestra Roraima Jazz, que iniciou turnê no mês de outubro por 12 cidades do estado, além de Manaus, Caracas, na Venezuela, e Georgetown, na Guiana.

Comissão define amanhã agenda de trabalho

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), anunciou em Plenário reunião amanhã, às 9h30, dos parlamentares que integram o colegiado. O objetivo, disse, é estabelecer um calendário de atividades da comissão durante a convocação extraordinária.

Suplicy afirmou que incluirá entre os itens a serem debatidos duas outras questões: as relações entre Brasil e Estados Unidos, com o fichamento de cidadãos dos dois países, e a demarcação de terras indígenas em Roraima e em Mato Grosso do Sul. Para o senador, os dois assuntos têm suscitado polêmica e merecem a atenção da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Programa para Amazônia deve ser implantado já, defende Capiberibe

Senador lembra experiência do Amapá que pode servir de modelo para iniciativa do governo federal

O senador João Capiberibe (PSB-AP) defendeu a implantação ainda no primeiro semestre de 2004, pelo governo federal, das diretrizes do programa Amazônia Sustentável. Ele apresentou como subsídio o programa desenvolvido nos últimos oito anos pelo estado do Amapá, que pretendeu "crescer sem destruir o meio ambiente e utilizando os recursos da biodiversidade".

Capiberibe relatou que na região do Rio Jari está localizada a maior reserva natural de castanhas em todo o planeta.

Roosevelt Pinheiro



PREOCUPAÇÃO Para Capiberibe, é preciso crescer sem destruir o meio ambiente

O fruto sempre havia sido explorado sob o regime de aviação, mas parceria entre o governo estadual e cooperativas agroextrativistas locais conseguiu modernizar a atividade e desenvolver uma cadeia produtiva que hoje inclui cas-

tanha desidratada, torta, biscoito, óleo cosmético e azeite fino de mesa.

Punição

De acordo com o senador, a iniciativa melhorou a qualidade de vida das comunidades envolvidas, dando início à exploração sustentável das riquezas do estado. O Amapá, afirmou, sancionou a primeira lei brasileira de proteção à biodiversidade, estabelecendo critérios rígidos para utilização dos recursos da flora e fauna e impedindo que práticas ilegais como a biopirataria, tão comuns na Amazônia, permanecessem à margem de sanções legais.

Capiberibe informou que, de

acordo com a lei, o Poder Executivo tem a competência de preservar a diversidade, integridade e utilização sustentável dos recursos genéticos localizados no estado, além de fiscalizar as entidades que realizam pesquisa e manipulação de material genético.

Para o senador, foi a exploração racional dos recursos que possibilitou a evolução do estado nos indicadores sociais, incrementando o Produto Interno Bruto (PIB) e colocando o Amapá na condição de melhor distribuição de renda do Brasil.

– O IBGE reconheceu o Amapá como o estado mais preservado da Federação, com apenas 2% de alteração de sua cobertura vegetal original. Esse fato nos enche, a todos, de justo orgulho – concluiu.

Decisão de fichar norte-americanos é correta, diz Serys

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) afirmou ontem que o juiz Julier Sebastião da Silva restabeleceu a dignidade do cidadão brasileiro ao determinar que os norte-americanos sejam fichados ao entrarem no Brasil. A medida já ocorre com os brasileiros que desembarcam nos Estados Unidos. Ela se disse orgulhosa do juiz, que é de seu estado e formado em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso, e pediu inserção em ata do currículo do magistrado. Serys também cumprimentou a diplomacia brasileira pela "al-

tivez com que tem reagido a atos de truculência contra brasileiros".

Para a senadora, o tratamento dado aos brasileiros nos Estados Unidos é humilhante, e não respeita nem mesmo passaportes diplomáticos. A decisão, que obteve grande repercussão, tem fundamento no princípio da reciprocidade e se ampara na Constituição e no Direito Internacional, disse.

A senadora também fez uma avaliação positiva da atuação do governo na defesa dos direitos humanos, considerando que houve avanços significati-

vos, mesmo que muito ainda deva ser feito.

– Apesar das enormes dificuldades no enfrentamento do problema, alguns avanços podem ser registrados, como no caso do combate ao trabalho escravo – afirmou.

Serys mencionou que em 2003 foram libertados pelo Ministério do Trabalho, em conjunto com Polícia Federal e Ministério Público do Trabalho, 4.315 trabalhadores em condições análogas à escravidão. Esse número, lembrou, é quase o dobro do registrado no ano anterior.



Roosevelt Pinheiro

ELOGIO Segundo Serys, medida restabeleceu a dignidade do cidadão brasileiro

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma, Mão Santa e Augusto Botelho